



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO E SEUS QUANTITATIVOS (Art. 6, inciso XXIII, alínea “a” da Lei 14.133/2021)

O objeto do presente Termo de Referência consiste na contratação de profissional qualificado para ministrar aulas de Capoeira aos alunos atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Município de Morro da Fumaça/SC, com a finalidade de promover o desenvolvimento físico, emocional, social e cultural de crianças e adolescentes, por meio da prática de uma manifestação cultural brasileira de relevante valor histórico e social.

As aulas serão destinadas a aproximadamente 120 (cento e vinte) crianças e adolescentes, com idades entre 6 (seis) e 17 (dezessete) anos, regularmente atendidos pelo SCFV. Os participantes serão organizados em turmas com até 25 (vinte e cinco) alunos, de forma a garantir melhor aproveitamento pedagógico, acompanhamento individualizado e segurança durante a execução das atividades.

A prestação dos serviços ocorrerá no período de fevereiro a novembro de 2026, totalizando aproximadamente 320 (trezentas e vinte) horas/aula ao longo da vigência contratual. Cada aula terá duração variável entre 40 (quarenta) minutos e 1 (uma) hora, conforme a faixa etária dos alunos, o nível de desenvolvimento do grupo e os objetivos pedagógicos definidos.

O profissional contratado será responsável pelo planejamento, organização e execução das aulas, integrando a prática da Capoeira com atividades musicais, culturais e educativas, em consonância com as diretrizes e objetivos do SCFV. O quantitativo de horas e a estrutura do serviço foram definidos de acordo com a capacidade de atendimento do SCFV e a demanda identificada para a população infantojuvenil do município, assegurando a qualidade pedagógica e a efetividade das ações desenvolvidas.





2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “b” da Lei 14.133/2021)

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a execução contínua e qualificada das atividades socioeducativas desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Município de Morro da Fumaça/SC, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A oferta de aulas de Capoeira no âmbito do SCFV justifica-se por se tratar de uma atividade que integra práticas corporais, culturais e educativas, reconhecida como patrimônio cultural brasileiro, capaz de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento físico, emocional, social e cultural de crianças e adolescentes. A Capoeira promove valores como disciplina, respeito mútuo, cooperação, inclusão social, fortalecimento da identidade cultural e convivência comunitária, estando plenamente alinhada aos objetivos do SCFV, que visam prevenir situações de vulnerabilidade social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Considerando o público atendido, composto por aproximadamente 120 crianças e adolescentes, com idades entre 6 e 17 anos, torna-se imprescindível a contratação de profissional especializado, com experiência comprovada no ensino da Capoeira para o público infantojuvenil, garantindo metodologia adequada, segurança na execução das atividades e acompanhamento pedagógico compatível com as diferentes faixas etárias.

Ressalta-se que o Município não dispõe, em seu quadro permanente de servidores, de profissional habilitado para a execução das atividades específicas de Capoeira com a carga horária e a especialização necessárias, o que inviabiliza a execução direta do serviço pela Administração, tornando a contratação externa a alternativa mais adequada para atender à demanda existente.

Dessa forma, a contratação proposta mostra-se necessária, adequada e proporcional, assegurando a continuidade das ações socioeducativas do SCFV no período de fevereiro a novembro de 2026, com qualidade pedagógica, efetividade social e observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público e valorização da cultura brasileira.





3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “c” da Lei 14.133/2021)

A solução proposta consiste na contratação de profissional qualificado para a prestação de serviços de aulas de Capoeira aos alunos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Município de Morro da Fumaça/SC, abrangendo todas as etapas necessárias para o planejamento, execução, acompanhamento e encerramento das atividades, considerando o ciclo de vida completo do objeto contratado.

A fase inicial da solução compreende o planejamento pedagógico, no qual o profissional contratado deverá elaborar um plano de aulas compatível com as diretrizes do SCFV, considerando as faixas etárias atendidas, o número de alunos, a divisão das turmas e os objetivos socioeducativos do serviço. Esse planejamento deverá contemplar atividades práticas de Capoeira, jogos educativos, musicalidade, aspectos históricos e culturais da modalidade, bem como estratégias de inclusão, participação e fortalecimento da convivência social.

Na fase de execução, as aulas serão ministradas no período de fevereiro a novembro de 2026, totalizando aproximadamente 320 horas/aula, distribuídas de forma equilibrada entre as turmas, com duração entre 40 (quarenta) minutos e 1 (uma) hora por encontro. As atividades serão desenvolvidas de maneira contínua e sistemática, respeitando as capacidades físicas, cognitivas e emocionais dos alunos, assegurando um ambiente seguro, inclusivo e adequado ao público infantojuvenil.

Durante a execução do contrato, haverá a fase de acompanhamento e monitoramento, realizada pela equipe técnica do SCFV, com o objetivo de verificar a conformidade das atividades com o plano proposto, a assiduidade, a qualidade pedagógica das aulas e o alcance dos resultados esperados, como a melhoria da convivência social, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a redução de situações de vulnerabilidade social.

A fase final do ciclo de vida do objeto compreende o encerramento das atividades, com a consolidação dos resultados alcançados, avaliação da execução contratual e entrega de relatório final pelo profissional contratado, contendo informações sobre a participação dos alunos, as atividades desenvolvidas e os impactos observados ao longo do período contratual.

Dessa forma, a solução apresentada assegura uma abordagem integrada e sustentável, garantindo que a contratação atenda de forma eficiente às





necessidades do SCFV, promova o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes atendidos e observe os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e interesse público

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “d” da Lei 14.133/2021)

A contratação do profissional responsável pela condução das aulas de Capoeira deverá atender a requisitos técnicos, profissionais e pedagógicos mínimos, de modo a garantir a qualidade, a segurança e a efetividade das atividades desenvolvidas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O instrutor deverá ser mestre ou professor de Capoeira devidamente qualificado, com formação reconhecida por entidades representativas da modalidade, tais como a Associação Brasileira de Capoeira ou outras associações oficialmente reconhecidas ou homologadas, comprovando sua habilitação para o exercício da atividade.

Será exigida experiência comprovada no ensino de Capoeira, preferencialmente com crianças e adolescentes, bem como capacidade técnica para atuação com públicos em situação de vulnerabilidade social, considerando as diretrizes socioeducativas do SCFV.

O profissional deverá possuir conhecimento e domínio de metodologias de ensino adequadas ao público infantojuvenil, respeitando as especificidades de cada faixa etária, o ritmo de aprendizagem dos alunos e promovendo um ambiente de ensino seguro, inclusivo e participativo. A experiência prévia em trabalhos desenvolvidos em contextos comunitários, educacionais ou socioassistenciais será considerada um diferencial.

No que se refere à segurança, o instrutor deverá demonstrar capacidade para prevenir riscos e agir adequadamente em situações de emergência, adotando práticas que preservem a integridade física e emocional dos alunos durante a realização das aulas.

Além da qualificação técnica, o instrutor deverá apresentar habilidades pedagógicas e comportamentais, tais como: utilização de estratégias diversificadas de ensino, capacidade de motivar e engajar os alunos, postura ética, respeito às diferenças, paciência, empatia e comprometimento com os valores do SCFV, sendo essas características essenciais para o trabalho com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.





5. HABILITAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA POR LEI EM CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS

Para fins de habilitação técnica, o profissional a ser contratado para ministrar as aulas de Capoeira deverá atender aos seguintes requisitos, a serem comprovados por meio de documentação idônea:

- Comprovação de qualificação profissional, mediante apresentação de certificado que comprove ser mestre ou professor de Capoeira, emitido por entidade ou órgão de ensino reconhecido nacionalmente, tais como a Associação Brasileira de Capoeira ou entidades similares devidamente constituídas;
- Comprovação de experiência profissional no ensino de Capoeira, preferencialmente com crianças e adolescentes, por meio de atestados, declarações, contratos ou documentos equivalentes que demonstrem a atuação anterior na área;
- A experiência prévia no desenvolvimento de atividades com públicos em situação de vulnerabilidade social, especialmente em contextos comunitários, educacionais ou socioassistenciais, será considerada diferencial, podendo ser comprovada por meio de documentos, declarações ou registros de atividades realizadas.

Os documentos apresentados deverão evidenciar a capacidade técnica do profissional para executar as atividades previstas neste Termo de Referência, assegurando a qualidade, a segurança e a adequação pedagógica das aulas ofertadas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “e” da Lei 14.133/2021)

A execução do objeto dar-se-á por meio da realização de aulas semanais de Capoeira, destinadas a atender uma média de 120 (cento e vinte) crianças e adolescentes vinculados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Cada aula terá duração variável entre 40 (quarenta) minutos e 1 (uma)





**PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO**

hora, conforme a faixa etária dos alunos e as especificidades pedagógicas de cada grupo.

O modelo pedagógico adotado será fundamentado na prática corporal associada à vivência cultural da Capoeira, visando ao desenvolvimento integral dos participantes. As aulas contemplarão a execução de movimentos característicos da modalidade, o aprendizado de ritmos, músicas e instrumentos tradicionais, bem como a promoção de valores socioeducativos, tais como respeito, disciplina, solidariedade, cooperação e convivência comunitária.

O instrutor contratado será responsável pela elaboração de plano de aula semanal, o qual deverá ser ajustado de forma contínua, considerando o andamento das atividades, o nível de aprendizagem dos alunos e as diretrizes pedagógicas do SCFV. As estratégias de ensino deverão respeitar as diferenças individuais, estimulando a participação ativa, a inclusão e o fortalecimento dos vínculos sociais.

Será realizado acompanhamento contínuo das atividades, incluindo a avaliação periódica do desempenho dos participantes, por meio de registros, relatórios e feedbacks individuais ou coletivos, com o objetivo de assegurar que cada aluno receba o suporte necessário ao seu desenvolvimento físico, emocional e social.

O acompanhamento também abrangerá a avaliação dos resultados pedagógicos alcançados ao longo da execução do contrato, permitindo a identificação de eventuais ajustes nas metodologias e estratégias de ensino. O sucesso da execução do objeto será mensurado, entre outros aspectos, pelo desenvolvimento das habilidades motoras, pelo aumento da autoestima, pelo fortalecimento das habilidades sociais e pela melhoria da convivência entre os alunos atendidos.

7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “f” da Lei 14.133/2021).

Ficam designados Gestor e Fiscal do Contrato, responsáveis, respectivamente, pelo acompanhamento da execução e pela verificação/atesto dos serviços prestados, nos termos do Decreto Municipal vigente.

Gestor do contrato/ata			
Saionara Freitas Dias	Coordenadora Assistência Social	6082	Assistência Social
Fiscal do contrato/ata			





PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO

Renata Ceolin Caetano	Coordenadora SCFV	5822	Assistência Social
--------------------------	-------------------	------	--------------------

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “g” da Lei 14.133/2021)

Prazo de pagamento: O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após a emissão da Nota Fiscal.

8.2. Forma de pagamento:

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

8.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida ordem bancária para pagamento.

8.3. Condições de pagamento:

8.3.1. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência;

8.3.2. Para proceder o pagamento o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contratado e do contratante;
- c) o valor a pagar;

e d) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, entre outros;

8.3.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado a apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

8.3.4. O Decreto Municipal nº 136/2023 do Município de Morro da Fumaça/SC trata sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores por órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional.





9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6, inciso XXIII, alínea “h” da Lei 14.133/2021)

A contratação de empresa para a prestação de serviço de aulas de Capoeira para os alunos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos será realizada por meio de Licitação, na modalidade Dispensa de Licitação, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DO PREÇO UNITÁRIO REFERENCIAL (Art. 6, inciso XXIII, alínea “i” da Lei 14.133/2021)

Item	Descrição	Quantidade mes	Valor unitário	Valor Total
1	Prestação de serviço de oficina de capoeira, para os alunos do SCFV de Morro da fumaça-SC.	10	R\$2.000,00	R\$ 20.000,00
2				
Valor total do orçamento				R\$ 20.000,00

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Aplicam-se as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 em caso de descumprimento, como advertência, multa, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Menor preço por item.





13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

O Contratado deverá cumprir integralmente o objeto deste Termo de Referência, observando as condições estabelecidas no contrato, na legislação vigente e nas diretrizes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), cabendo-lhe, especialmente:

13.1. Executar os serviços contratados com zelo, qualidade, eficiência e pontualidade, ministrando as aulas de Capoeira conforme o cronograma, a carga horária e o modelo de execução definidos neste Termo de Referência;

13.2. Elaborar e executar plano de aulas, compatível com as diretrizes pedagógicas do SCFV, adaptando os conteúdos às diferentes faixas etárias, níveis de desenvolvimento e necessidades dos alunos atendidos;

13.3. Zelar pela segurança, integridade física e emocional dos alunos, adotando práticas adequadas durante as aulas e observando normas de segurança, prevenção de riscos e condutas apropriadas ao público infantojuvenil;

13.4. Manter postura ética, respeitosa e compatível com os princípios do SCFV, promovendo valores como respeito, disciplina, inclusão, cooperação e valorização da cultura brasileira;

13.5. Comparecer regularmente aos locais e horários previamente definidos, responsabilizando-se por eventuais substituições apenas com prévia autorização do Contratante e desde que atendidos os requisitos técnicos exigidos;

13.6. Apresentar relatórios, registros ou informações solicitadas pela coordenação do SCFV, com a finalidade de acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução do objeto;

13.7. Comunicar imediatamente ao Contratante qualquer ocorrência que possa comprometer a execução adequada das atividades, bem como situações que envolvam riscos à segurança dos alunos;

13.8. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do contrato, não gerando qualquer vínculo empregatício com a Administração Pública;

13.9. Cumprir integralmente a legislação aplicável, especialmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, normas de proteção à criança e ao adolescente, bem como demais regulamentos pertinentes à execução do objeto;





13.10. Atender às orientações e determinações do Contratante, relacionadas à fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual, sem prejuízo da autonomia técnica do profissional.

14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Compete à Contratante, por meio da Coordenação do Desenvolvimento Social do Município de Morro da Fumaça/SC, o cumprimento das seguintes obrigações e responsabilidades:

14.1. Coordenar, acompanhar e supervisionar a execução das atividades previstas neste Termo de Referência, garantindo que o objeto contratado seja executado conforme as condições pactuadas;

14.2. Disponibilizar, de forma oportuna e adequada, os recursos necessários para a execução do objeto contratado, incluindo espaços físicos, quando aplicável, e demais meios indispensáveis ao desenvolvimento das atividades;

14.3. Supervisionar o uso eficiente dos recursos disponibilizados, adotando, quando necessário, medidas corretivas para assegurar o adequado andamento da execução contratual;

14.4. Efetuar o pagamento ao Contratado pelos serviços efetivamente prestados, de acordo com as condições, prazos e valores estabelecidos no contrato ou em outros instrumentos hábeis;

14.5. Proporcionar ao Contratado os meios necessários para a fiel execução do objeto, respeitados os limites contratuais e legais;

14.6. Exercer ampla e completa fiscalização sobre a execução do contrato, notificando o Contratado acerca de quaisquer irregularidades constatadas quanto à qualidade dos serviços prestados, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais assumidas pelo Contratado;

14.7. Observar, no que couber, as disposições dos arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/2021, relativas à gestão e fiscalização dos contratos administrativos, assegurando a regularidade, a transparência e a eficiência da execução contratual.





15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6, inciso XXIII, alínea “j” da Lei 14.133/2021)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos.

16. VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Art. 84 da Lei 14.133/2021)

A Ata de Registro de Preços decorrente do presente certame terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada, a vantajosidade dos preços registrados para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata para mais 01 (um) ano, poderá ser incluído todo o quantitativo originalmente previsto, desde que mantidas as condições iniciais do registro e resguardando o interesse público.

17. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços/Contrato serão reajustados anualmente, observando-se o interstício mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado para a contratação ou do último reajuste concedido. O reajuste será calculado com base no índice do IPCA, ou outro que venha a substituí-lo oficialmente. A aplicação do reajuste dependerá de pedido formal da parte interessada, devidamente instruído e justificado, e será concedido mediante decisão administrativa fundamentada.

18. BENEFÍCIO LOCAL/REGIONAL





PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO

Aplica-se o benefício de 10% (dez por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP de abrangência regional, nos termos do Decreto Municipal nº 78/2022.

Morro da Fumaça/SC, 14 de janeiro de 2026.

Alessandra Mizeeski Fernandes

7203

Secretaria Administrativa



Assinado digitalmente por:
**ALESSANDRA MIZEESKI
FERNANDES**

15/01/2026 16:21:03
Assinatura digital avançada.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/01/2026 16:21:03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/p03361ee1b6992>

